

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURE SIMPLES, DA ESPÉCIE  
SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**, sociedade por ações com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Campinas Mogi - Mirim km 2,5, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.172.213/0001-51, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário representando o titular da debênture da 2ª emissão pública de debênture da Emissora ("Debenturista"),

(b) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debênture Simples, da Espécie Subordinada, da Companhia Piratininga de Força e Luz" (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debênture"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 29 de setembro de 2008 ("RCA").

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS**

A emissão da Debênture será feita com observância dos seguintes requisitos:

**2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A Emissão não será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em conformidade com a dispensa automática de registro prevista no artigo 5º, inciso II da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.



Fl. 1/2

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

**2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da RCA**

A ata da RCA será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP ("JUCESP") e publicada no Diário do Estado do Estado de São Paulo e no Correio Popular de Campinas.

**2.3. Registro da Escritura de Emissão**

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme posteriormente alterada, ("Lei das Sociedades por Ações").

**2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento**

A Emissão da Debênture será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da data de manifestação da CVM sobre a dispensa automática de registro, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, conforme promulgado por esta entidade em Assembléia Geral realizada em 18 de dezembro de 2007 ("Código ANBID").

**2.5. Registro para Colocação**

2.5.1. A Debênture será registrada para colocação no mercado primário, no Módulo de Distribuição de Títulos ("MDT"), operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a integralização da Debênture neste caso liquidada pela CETIP.

2.5.2. A Debênture não será registrada para negociação no mercado secundário. O posterior registro para negociação da Debênture no mercado de bolsa ou de balcão organizado sujeitar-se-á necessariamente ao registro prévio na CVM, conforme disposto no artigo 2º, § 2º, da Instrução CVM n.º 400/03.

2.5.3. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a Debênture poderá ser negociada entre instituições pertencentes a um mesmo conglomerado financeiro.

2.5.4. A presente Escritura de Emissão foi elaborada de modo a conter as características necessárias para que a distribuição pública da Debênture seja classificada como uma oferta pública de lote único e indivisível de valor mobiliário, nos termos do artigo 5º, inciso II da Instrução da CVM n.º 400/03. Contudo, com o objetivo a não obstar o registro da Debênture para negociação, observando o



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

registro prévio na CVM, conforme item 2.5.2 acima, foram mantidas as disposições referentes a assembleias de titulares das Debêntures, bem como quoruns de instalação e aprovação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**3.1. Séries**

A Emissão será realizada em série única.

**3.2. Valor Total da Emissão**

O valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na data de emissão ("Valor Total da Emissão").

**3.3. Quantidade de Debêntures**

Será emitida 1 (uma) Debênture em série única.

**3.4. Destinação de Recursos**

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para o pagamento do resgate da nota promissória emitida em 30 de abril de 2008 de emissão da Companhia Piratininga de Força e Luz.

**3.5. Limite da Emissão**

Por ser a Debênture da espécie subordinada, a Emissão não está sujeita aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

**3.6. Número da Emissão**

Esta Escritura de Emissão representa a 2ª emissão pública de debêntures da Emissora.

**3.7. Banco Mandatário e Agente Escriurador**

O banco mandatário e agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário").



3



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

**3.8. Imunidade de Debenturistas**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos à Debênture, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

**3.9. Classificação de Risco**

Não foi contratada agência classificadora de risco para a presente Oferta.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DA DEBÊNTURE**

**4.1. Colocação**

A Debênture será objeto de distribuição pública, em lote único e indivisível, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação do BB Banco de Investimento S.A., por meio do sistema MDT.

**4.2. Data de Emissão da Debênture**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão da Debênture é 1º de outubro de 2008 ("Data de Emissão").

**4.3. Valor Nominal Unitário da Debênture**

O valor nominal unitário da Debênture, na Data de Emissão, será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Valor Nominal Unitário").

**4.4. Forma e Conversibilidade**

4.4.1. A Debênture será da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não será conversível em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos da Debênture. Para todos os fins e efeitos, a titularidade da Debênture será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração da Debênture, o Banco Mandatário.

*h*

*u*

*7*



4 *h*

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

**4.5. Espécie**

A Debênture será da espécie subordinada.

**4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

4.6.1. A Debênture será subscrita pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata tempore* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Valor de Integralização").

4.6.2. A Debênture será integralizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, conforme o caso.

**4.7. Prazo e Data de Vencimento**

A Debênture terá prazo de 941 (novecentos e quarenta e um) dias e vencerá em 30 de abril de 2011 ("Data de Vencimento").

**4.8. Amortização**


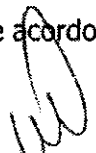




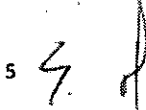
O Valor Nominal Unitário da Debênture, acrescido da remuneração do item 4.9 abaixo, será pago na Data de Vencimento.

**4.9. Remuneração**

4.9.1. A Debênture fará jus a uma remuneração equivalente a 106,45% (cento e seis inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) da acumulação das taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI").

4.9.1.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata tempore*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário da Debênture desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do Período de Capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

4.9.1.2. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

*J* - Valor da Remuneração devido no final de cada Período de Capitalização acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*VNe* - Valor Nominal Unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*FatorDI* Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive), até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times P/100)]$$

onde:

*k* número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até *n*.

*n<sub>DI</sub>* número total de Taxas DI, sendo "*n<sub>DI</sub>*" um número inteiro;

*P* corresponde a 106,45;

*TDI<sub>k</sub>* fator da Taxa DI de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

*k* 1, 2, ..., *n*

*DI<sub>k</sub>* Taxa DI de ordem *k* divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com duas casas decimais;

*[Handwritten signatures and stamps]*

Stamp: MERCADO CPFL CAPITAL  
Stamp: CPFL 6  
Handwritten: 3, 4

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

**Observações:**

- (1) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.
- (2) O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k \times P / 100)]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (3) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k \times P / 100)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (4) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.1.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.1.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada na apuração de "TDI<sub>k</sub>" a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.9.1.5. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.9.1.6. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, conforme referido acima, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data do evento que der causa à convocação da referida Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial da Remuneração, devendo a Debênture ser remunerada nos mesmos níveis anteriores. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata tempore*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer primeiro. As Debêntures adquiridas nos termos deste item (i) serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a fórmula estabelecida na Cláusula 4.9.1.2 e para a apuração de "TDI<sub>k</sub>" será utilizada e a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora (a) todos os Debenturistas receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas. Caso a taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.9.2. A Remuneração será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de outubro de 2009 e o último, na Data de Vencimento.

4.9.2.1. A última data de pagamento para a Debênture ocorrerá na Data de Vencimento. Cada data de pagamento da Remuneração, será doravante designada como uma "Data de Pagamento da Remuneração".

4.9.2.2. Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.



*[Handwritten signatures and initials]*



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

**4.10. Repactuação**

A Debênture não será objeto de repactuação programada.

**4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão**

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP e enviados a CVM.

**4.12. Resgate Antecipado**

A Debênture poderá ser resgatada antecipadamente pela Emissora a qualquer momento após 1 (um) ano contado da Data de Emissão, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, seguida de aviso publicado em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, no qual informará a data, o local de realização e o procedimento de resgate, observado que;

(i) o resgate antecipado, total ou parcial, será feito pelo Valor Nominal Unitário da Debênture acrescido da Remuneração, calculado *pro rata tempore* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, somado a um prêmio equivalente a 0,27% (vinte e sete centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário da Debênture; e

(ii) na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, nos termos do artigo 55, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

**4.13. Vencimento Antecipado**

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2. e 4.13.3. e subitens abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário da Debênture em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata tempore*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

(i) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais),



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

ressalvada a hipótese da Emissora e/ou qualquer de suas subsidiárias, conforme o caso, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;

(ii) realização de redução de capital social da Emissora, sem que haja anuência prévia dos titulares da Debênture, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) proposta pela Emissora e/ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Emissora e/ou por qualquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora;

(iv) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora;

(v) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado; (c) foram prestadas garantias em juízo;

(vi) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Emissora de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares da Debênture ou pelo Agente Fiduciário;

(vii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora o prazo de 30 (trinta) dias corridos;

(viii) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares da Debênture nas datas previstas na presente Escritura de Emissão não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de vencimento original;



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

(ix) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Emissora é titular nos termos do Contrato de Concessão n.º 009/2002, celebrado pela Emissora e pela União Federal em 23 de setembro de 2002;

(x) alteração do atual controle da Emissora sem prévia aprovação do detentor da Debênture, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos duas das seguintes acionistas, Votorantim Energia S.A., Camargo Corrêa Energia S.A. e Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, mantenham, direta ou indiretamente, individualmente, ou em conjunto, nos termos definidos pelo Acordo de Acionistas da CPFL Energia S.A., em vigor nesta data, a maioria das Ações Vinculadas ao Bloco de Controle; e

(xi) não observância pela Emissora por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão calculados pelo Agente Fiduciário, com base nas informações financeiras dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, a partir do último trimestre de 2008, inclusive, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude da Debênture:

(a) relação entre Dívida Líquida da Emissora e EBITDA da Emissora menor ou igual a 3 vezes. Para os fins desta alínea (a), considera-se como "Dívida Líquida" o endividamento oneroso total menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Emissora. Estão excluídos deste cálculo as operações de hedge, dívida com a Fundação Cesp ("Funcesp"), RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária / Parcela A ("RTE") e CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – Portaria Interministerial 116 (adiamento da compensação de variações de valores da Parcela A no período de 8 de Abril de 2003 a 7 de Abril de 2004) ("CVA"), e considera-se como "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) da Emissora, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre. Estão excluídos deste cálculo as receitas efetivamente originadas por conta de RTE e CVA e a amortização dessas despesas; e

(b) relação entre EBITDA da Emissora e Resultado Financeiro da Emissora maior ou igual a 2,25 vezes. Para os fins desta alínea (b), considera-se como "Resultado Financeiro" da Emissora, a diferença



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

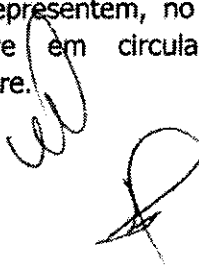
entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo. Estão excluídos deste cálculo os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de RTE, CVA, Funcesp, bem como variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa, e por fim as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Emissora, mas apenas registro contábil).

4.13.1.1. Os valores mencionados nas alíneas do item 4.13.1., (i) e (v) acima não serão reajustados ou corrigidos.

4.13.1.2. As referências a "controle" encontradas no item 4.13.1 e em seus subitens deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (iii), (iv), (vii), (viii) e/ou (ix) do item 4.13.1. acima acarretará no vencimento antecipado automático da Debênture, independentemente de qualquer consulta ao detentor, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, por qualquer dos titulares da Debênture ou pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (ii), (v), (vi), (x) e (xi) do item 4.13.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembléia Especial de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual declaração do Vencimento Antecipado da Debênture. A Assembléia dos titulares da Debênture a que se refere este item deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável, sendo que na hipótese de Segunda convocação o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembléia de Debenturistas nos termos da primeira convocação.

4.13.2.1. Na Assembléia mencionada no item 4.13.2. acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os titulares da Debênture poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da Debênture em circulação, por não declarar antecipadamente vencida a Debênture.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

4.13.2.2. Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia dos titulares da Debênture mencionada no item 4.13.2. acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.13.2.1. acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da Debênture em circulação, o Agente Fiduciário os titulares da Debênture deverão declarar o Vencimento Antecipado da Debênture.

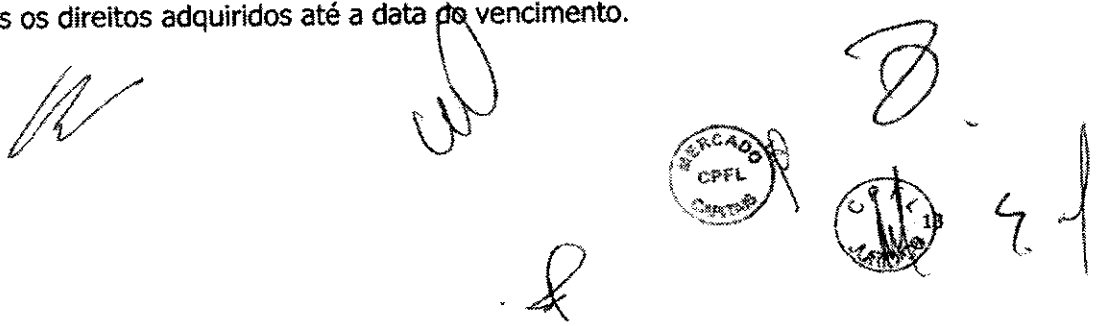
4.13.3. Em caso de declaração do vencimento antecipado da Debênture pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário da Debênture em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata tempore* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a Data de Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Vencimento Antecipado mediante comunicação por escrito a ser enviada à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14. abaixo. Em caso de declaração de Vencimento Antecipado não será devido o prêmio estabelecido na Cláusula 4.12.

**4.14. Multa e Juros Moratórios**

Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida ao titular da Debênture, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora somados a Remuneração devida e não paga, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

**4.15. Atraso no Recebimento do Pagamento**

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. supra, o não comparecimento do titular da Debênture para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do vencimento.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and two circular stamps. The stamps are from 'MERCADO CPFL' and 'CPFL' with dates. There are also some handwritten numbers and marks.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

**4.16. Garantia**

4.16.1. A Debênture não contará com garantia.

**4.17. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus a Debênture serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. A Debênture que não estiver custodiada junto à CETIP terá o seu pagamento realizado pelo Banco Mandatário.

**4.18. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo e/ou na Cidade de Campinas, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

**4.19. Publicidade**

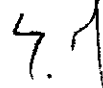
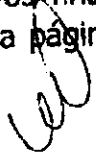
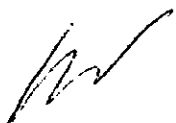
Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares da Debênture, deverão ser veiculados na forma de avisos nos mesmos jornais em que a Emissora publica as informações societárias, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Correio Popular de Campinas, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:**

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

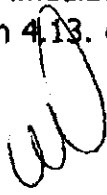
- (i) cópia de seus demonstrativos financeiros trimestrais que não estiverem disponíveis na página da CVM na rede mundial de computadores, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (ii) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos que não estiverem disponíveis na página da CVM na rede mundial de



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

computadores, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- (iii) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
  - (iv) as informações pertinentes à Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (com exceção daquelas referidas nas alíneas (i) e (ii) acima), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
  - (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19. acima; e
  - (vi) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento.
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares da Debênture, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares da Debênture ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares da Debênture;
- (j) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (k) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Banco Escriturador e o Agente Fiduciário;
- (l) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares da Debênture ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares da Debênture nos termos desta Escritura de Emissão;
- (m) manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços de distribuição de energia elétrica objeto do Contrato de Concessão; e
- (n) na hipótese de os Debenturistas resolverem registrar a Debênture para negociação nos termos do item 2.5.2. acima, cooperar no que for necessário para elaboração de um prospecto nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, sem que tenha, no entanto, que assumir quaisquer custos ou despesas relacionados a confecção de tal prospecto ou outras providências relacionadas ao registro para negociação, sendo tais custos e despesas de integral responsabilidade dos Debenturistas interessados.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1. (l) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, devidamente comprovadas, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios colaboradores, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares da Debênture.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares da Debênture deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares da Debênture e posteriormente ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares da Debênture incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares da Debênture. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares da Debênture, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares da Debênture para cobertura do risco de sucumbência.

**CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares da Debênture.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:



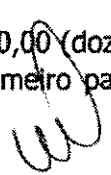
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28/83");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990; e
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento da Debênture ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) remuneração anual de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a ser paga em parcelas anuais antecipadas, sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

útil após a subscrição e integralização da Debênture, e os seguintes na mesma data dos anos subseqüentes, sendo a última parcela *calculada pro rata die* até a Data de Vencimento;

- (b) as parcelas citadas na alínea "a" supra, serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste, ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura do presente instrumento até as datas de pagamento, calculado *pro rata tempore*, se necessário;
- (c) os honorários do Agente Fiduciário serão devidos mesmo após a Data de Vencimento da Debênture, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e,
- (d) os honorários serão acrescidos de (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes em cada data de pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares da Debênture, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e aditamentos na JUCESP, bem como nos competentes Cartórios



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

de Títulos e Documentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares da Debênture acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - d. posição da distribuição ou colocação da Debênture no mercado;
  - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

- f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares da Debênture até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
  - a. na sede da Emissora;
  - b. na sede do Agente Fiduciário;
  - c. na CVM;
  - d. na CETIP; e
  - e. nas instituições financeiras responsáveis pela colocação da Debênture.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares da Debênture que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares da Debênture e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares da Debênture, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições da Debênture.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares da Debênture na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas a Debênture e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares da Debênture; e
- (d) representar os titulares da Debênture em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembléia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.13. acima. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares da Debênture representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares da Debênture que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares da Debênture, pedindo sua substituição.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

6.7.2. É facultado aos titulares da Debênture, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata tempore*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares da Debênture em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os titulares da Debênture poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares da Debênture.

7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares da Debênture que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira ou segunda convocação, com a presença de titulares da Debênture que representem, no mínimo,



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembléias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares da Debênture ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos diretores ou conselheiros e respectivo cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares da Debênture as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares da Debênture ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes à Assembléia Geral de Debenturistas.

7.11. As alterações relativas (i) à Remuneração da Debênture, incluindo a hipótese de que trata o item 4.9.1.7. acima, ou às datas de pagamento da Remuneração, (ii) ao prazo de vencimento da Debênture e/ou (iii) aos eventos de vencimento antecipado previstos no item 4.13. desta Escritura de Emissão, excetuada a hipótese de que trata o item 4.13.4. acima, propostas pela Emissora deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.12. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão e não expressamente mencionada no item 7.11. acima, que vierem a ser propostas pela Emissora, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures.





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

**CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão da Debênture e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação da Debênture não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irão resultar em (ii) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (iii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (iv) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (v) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (vi) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007 e de 30 de junho de 2007 e 2008 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) não há qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (i) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

**CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES**



9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Se para a Emissora:

**Companhia Piratininga de Força e Luz**  
Rodovia Campinas Mogi - Mirim km 2,5 - parte  
Campinas - SP - Brasil  
At.: Sr. José Antonio de Almeida Filippo  
Diretor de Relações com Investidores  
Telefone: (19) 3756-8704  
Fac-símile: (19) 3756-8777  
Correio Eletrônico: jfilippo@cpfl.com.br

Se para o Agente Fiduciário:

**Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**  
Rua Sete de Setembro 99, 24º andar  
20050-005 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira  
Telefone: (21) 2507-1949  
Fac-símile: (21) 2507-1773  
Correio Eletrônico: pavarini@pavarini.com.br



SH

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA  
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

Se para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus – Prédio Amarelo – 2º andar

Osasco - SP

At.: José Donizetti de Oliveira

Telefone: (11) 3684-5133

Fac-símile: (11) 3684-2714

Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

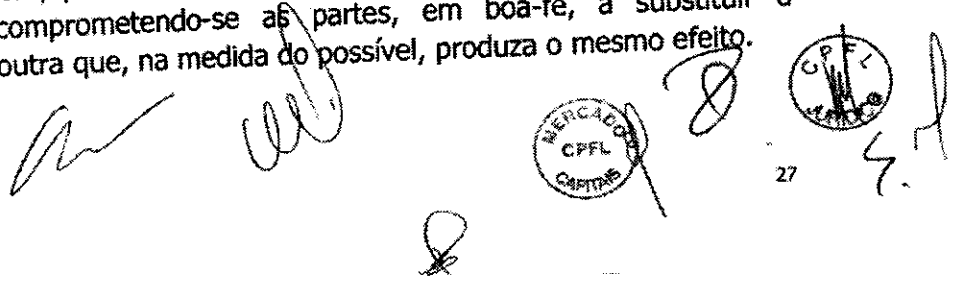
9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

The bottom of the page features several handwritten signatures in dark ink. To the right, there are two circular stamps. The first stamp is from 'MERCADO CPFL CAPITAL' and the second is from 'CPFL'. A small number '27' is visible near the bottom right corner.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

10.4. A presente Escritura de Emissão e a Debênture constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.


**CLÁUSULA ONZE – DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão."

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

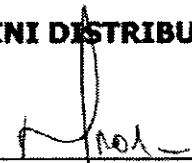
São Paulo, 29 de setembro de 2008.


**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

  
Nome: WILSON P. FERREIRA JR.  
Cargo: Diretor – Presidente


  
Nome: JOSÉ ANTONIO DE A. FILIPPO  
Cargo: Diretor Financeiro

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

  
Nome: Marcos Venício B. da Rocha  
Cargo: CPF 981.191.807-00  
Diretor

  
Nome: CARLOS ALBERTO BACHA  
Cargo: promissory

Testemunhas:

  
Nome: ROSILÉA MAYER FLORENTINO  
CPF: 702.216.267-00

  
Nome:  
CPF:

